



FACULDADE DE JUSSARA - FAJ
CURSO DE DIREITO

**A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, GOIÁS.**

JUSSARA/GO
2023

KAWINDAYVIDE REIS SILVA

**A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, GOIÁS.**

Artigo elaborado como pré-requisito do Curso de Direito da Faculdade de Jussara-FAJ, para obtenção de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II, da docente: Prof^ª Dra Keley Cristina Carneiro.

Sob orientação do(a) Prof. Dr. Osmar de Paula Oliveira Júnior.

JUSSARA/GO

2023



KAWINDAYVIDE REIS SILVA

**A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL:
O CASO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, GOIÁS.**

Artigo elaborado como pré-requisito do Curso de Direito da Faculdade de Jussara – FAJ, para obtenção de nota para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II, da docente: Prof^ª Dra Keley Cristina Carneiro.

Sob orientação do Prof. Dr. Osmar de Paula Oliveira Júnior.

Data da aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. Osmar de Paula Oliveira Júnior - FAJ

Orientador

Professor Esp. Gisley Alves de Farias - FAJ

Membro da banca

Prof. Me. Camila Regina da Silva Santos - FAJ

Membro da banca

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM PANORAMA HISTÓRICO E OS DESAFIOS ATUAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS	11
2.1	Histórico da Política Nacional de Resíduos Sólidos	11
2.2	Desafios Atuais dos Municípios na Implementação da PNRS	12
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
3.1.	Desafios e Caminhos para a Adequação de Jussara à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Marco Regulatório – Entrevista com Tarles Alves da Silva, Procurador Jurídico Adjunto do Município de Jussara.....	17
3.2.	O Compromisso com a Causa Ambiental, Humana e a Adaptação: As Limitações Orçamentárias do Município de Jussara – Entrevista com Ricardo dos Santos Nascimento, Secretário do Meio Ambiente do Município de Jussara.	19
4	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	21
	APÊNDICE A	23
	APÊNDICE B.....	38
	APÊNDICE C	46
	APÊNDICE D	52

A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: O CASO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, GOIÁS.¹

Kawindayvide Reis Silva²

Prof. Dr. Osmar de Paula Oliveira Júnior³

RESUMO: A realidade comum nos municípios em desenvolvimento é a utilização de lixões como forma de destinação final de resíduos sólidos urbanos, implicando em consequências como contaminação dos recursos naturais abarrotamento nos lugares que se destinam provisoriamente e problemas de saúde pública. Assim, torna-se urgente a efetivação das políticas públicas, de modo a promover a destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos e a remediação dos lixões. Nesse sentido, este artigo teve como objetivo desenvolver uma ferramenta de pesquisa com a finalidade de averiguar os verdadeiros fatos sobre a destinação final desses resíduos e como os municípios brasileiros estão efetivando a lei 12.305/2010 de 02 de agosto.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Economia; Gerações Futuras; Meio Ambiente; Saúde.

ABSTRACT: A The common reality in developing municipalities is the use of landfills as a means of final disposal of urban solid waste, resulting in consequences such as contamination of natural resources, overcrowding in places where they are provisionally allocated and public health problems. Therefore, it is urgent to implement public policies in order to promote the appropriate disposal of urban solid waste and the remediation of landfills. In this sense, this article aimed to develop a research tool with the purpose of investigating the true facts about the final destination of this waste and how Brazilian municipalities are implementing law 12.305/2010 of August 2nd.

KEYWORDS: Human rights; Economy; Future generations; Environment; Health.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por escopo desenvolver o objeto de pesquisa proposto anteriormente, no projeto de pesquisa, de modo que os impactos ambiental e social crescentes não apenas no Brasil, mas em todo o mundo após a Revolução Industrial. A superpopulação desencadeou aumento no consumo e necessidade de habitação. Este estudo pretende de forma

¹ Artigo apresentado como parte dos requisitos para obtenção de diploma de bacharel em Direito pela Faculdade de Jussara, sob orientação do Prof. Dr. Osmar de Paula Oliveira Júnior.

² Graduando do Curso de Direito da Faculdade de Jussara. Email: kawinrs@gmail.com

³ Professor Doutor e Mestre Osmar de Paula Oliveira Júnior pela Universidade Federal de Goiás (2015), Graduado em Administração pela Faculdade de Jussara (2005). Email: adm@unifaj.edu.br.

discorrer acerca da gestão dos resíduos sólidos, gerados pela população, de modo a englobar o lixo residencial e comercial, as podas de árvores, os eletrônicos, dentre outros.

A presente produção acadêmica possui intento social, no sentido de alertas à comunidade civil e política sobre a importância da destinação adequada dos resíduos sólidos. Tais descartes abarrotam lixões e aterros, sendo a realidade da maioria dos municípios brasileiros, pois ele não contém destinação final correta. A destinação inadequada não leva em consideração o valor econômico existente. De grande valia é o resíduo descartado corretamente e devidamente reciclado, não apenas para o Meio Ambiente natural e social, mas também no aspecto financeiro.

A pesquisa desenrola-se a partir do âmbito macro até culminar na análise micro, ou seja, abrange-se o panorama internacional, nacional para finalmente avançar sob o município de Jussara, em Goiás. Se desenvolve a pesquisa sob o prisma constitucional e infraconstitucional, como por exemplo, a partir da Lei nº 12.305/2010. A destinação final destes resíduos no município de Jussara, bem como a existência ou não de projetos para a solução do descarte equivocado do referido, é imperativo na presente pesquisa.

É cediço admitir que o tratamento adequado viabiliza a manutenção de cidades mais limpas, melhor qualidade de vida aos trabalhadores e moradores, além da proteção ao meio ambiente, direito e dever de todos. Para além do já mencionado, é possível gerar renda para diversas famílias que vivem ou que possam vir a viver da referida atividade inerente à destinação adequada.

O crescimento exponencial da população, juntamente com o processo de industrialização ao longo da história, resultou em problemas de proporções globais, a exemplo, tem-se a rápida urbanização, a limitação de recursos naturais e da grande geração mundial de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Entre 1979 e 1990, a geração de RSU cresceu a uma taxa de 25% (vinte e cinco por cento), sendo superior ao crescimento populacional em nível mundial, que foi de 18% (dezoito por cento) no mesmo período. No Brasil, somente no ano de 2013, produziu-se 76,4 (setenta e seis vírgula quatro) milhões de toneladas de resíduos e, no ano seguinte, o número subiu para 78,5 (setenta e oito vírgula cinco) milhões de toneladas.

A preocupação com os resíduos vem sendo discutida há algumas décadas nas esferas nacional e internacional, devido à expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente. Assim, a complexidade das atuais demandas ambientais, sociais e econômicas requer novos posicionamentos da Administração, da sociedade civil e da iniciativa privada.

A busca por soluções na área de resíduos reflete a demanda da sociedade que pressiona por mudanças motivadas pelos elevados custos socioeconômicos e ambientais das atividades

geradoras destes materiais. Quando manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor comercial e podem ser utilizados em forma de novas matérias-primas ou novos insumos.

A implantação de um Plano de Gestão trará reflexos positivos no âmbito social, ambiental e econômico, pois não só tende a diminuir o consumo dos recursos naturais, como proporciona a abertura de novos mercados, gera trabalho, emprego e renda, conduz à inclusão social e diminui os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos resíduos.

2 POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UM PANORAMA HISTÓRICO E OS DESAFIOS ATUAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi implementada no Brasil em 2010, representando um marco na gestão ambiental e no tratamento dos resíduos sólidos no país. Desde então, o Brasil buscou seguir uma trajetória de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na gestão de resíduos. No entanto, ao longo dos anos, a implementação da PNRS tem enfrentado inúmeros desafios, especialmente nos municípios, que representam a base de execução dessa política.

A PNRS é importante porque estabelece diretrizes para a gestão de resíduos sólidos, de maneira a promover a redução na geração de resíduos, a reutilização, a reciclagem e a destinação adequada, o que é crucial para a preservação do meio ambiente.

2.1 Histórico da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Em 2010, a PNRS (Lei nº 12.305/2010) foi promulgada, estabelecendo princípios como a responsabilidade compartilhada, a logística reversa, e a gestão integrada de resíduos sólidos. Estabeleceu, ainda, um novo paradigma na gestão de resíduos, priorizando a redução na geração, a reutilização, a reciclagem e a destinação adequada, essenciais para a sustentabilidade ambiental. Foi estabelecido, em 2014, o prazo para o fim dos lixões a céu aberto no país, uma das metas mais desafiadoras da PNRS, visando a erradicação de práticas ambientalmente danosas.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), lançado em 2017, estabeleceu diretrizes para a gestão de resíduos nos próximos vinte anos, com o intuito de planejar a gestão sustentável dos resíduos no longo prazo. O reforço legislativo desde seu início demonstra o quanto a PNRS é essencial para orientar a gestão de resíduos sólidos, estabelecer metas e diretrizes para a redução de impactos ambientais e para a promoção da sustentabilidade.

2.2 Desafios Atuais dos Municípios na Implementação da PNRS

Diversos municípios mantêm lixões ilegais, em parte pela falta de recursos para a construção de aterros sanitários, o que representa uma ameaça ambiental, em parte pela ignorância quanto à sua importância. De acordo com Silva Filho (2017) este é o modelo mais abominável de gestão de resíduos sólidos, levando em consideração que os resíduos são descartados sem controle, sem qualquer tratamento, o que gera grande risco ao meio ambiente.

A persistência de lixões ilegais em algumas regiões do Brasil ocorre devido a uma série de desafios e problemas enfrentados pelo administrador público. Estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste são os mais afetados pela disposição final inadequada de resíduos sólidos, conforme mapa disponibilizado pelo Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), do Ministério do Meio Ambiente (2023).

O Brasil é um país diverso com grandes desigualdades regionais. Algumas regiões têm recursos e estruturas de governança mais eficazes do que outras, o que pode influenciar a capacidade de lidar com os lixões. Em alguns casos, os administradores públicos podem enfrentar pressões políticas e eleitorais que os levam a adiar ações impopulares, como o fechamento de lixões.

Superar esses desafios exige uma abordagem multidisciplinar, que envolve a alocação de recursos, educação ambiental, conscientização pública, regulamentações mais eficazes e cooperação entre os diversos níveis de governo. Erradicar os lixões ilegais é fundamental para a promoção da saúde pública, a proteção do meio ambiente e o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A dificuldade financeira que muitos municípios enfrentam ao investir em infraestrutura e tecnologia para a gestão de resíduos é um problema complexo que pode ser atribuído a diversas causas. Frequentemente operam com orçamentos limitados, e a gestão de resíduos é apenas uma das muitas demandas financeiras que lhe competem. Isso significa que a alocação de fundos para melhorias na gestão de resíduos muitas vezes perde para outras prioridades, como educação, saúde ou infraestrutura básica.

A falta de infraestrutura, como contêineres de coleta seletiva, veículos adequados e instalações de triagem, pode dificultar a implementação eficaz. Cooperação entre Setores, Para uma coleta seletiva eficaz, é necessária uma cooperação eficiente entre o setor público, empresas privadas, organizações da sociedade civil e cooperativas de catadores. A falta de cooperação pode prejudicar o processo de desigualdades regionais, como mencionado anteriormente, o Brasil é um país diverso com desigualdades regionais. Alguns municípios

podem ter mais recursos e estruturas de governança do que outros, o que afeta a capacidade de implementar as políticas públicas

A gestão de resíduos sólidos pode não ser vista como uma prioridade pela população ou pelos gestores públicos. A falta de conscientização sobre os impactos ambientais e econômicos da má gestão de resíduos pode resultar em recursos, que já são insuficientes, alocados em soluções ineficazes, o que agrava sobremaneira a questão. Investir em infraestrutura moderna para a gestão de resíduos, como a construção de aterros sanitários adequados, instalações de reciclagem ou sistemas de coleta seletiva, pode representar custos iniciais significativos. Os municípios podem hesitar em fazer tais investimentos devido à pressão por resultados de curto prazo e à falta de financiamento disponível.

Em alguns casos, os municípios podem não receber incentivos financeiros adequados do governo estadual ou federal para melhorar a gestão de resíduos. A ausência de apoio financeiro pode tornar difícil para os municípios arcar com os custos de projetos de infraestrutura. A capacidade de um município para investir em infraestrutura de gestão de resíduos também depende da sua capacidade de arrecadar receitas, através dos impostos municipais. Municípios com baixa arrecadação podem ter recursos ainda mais limitados para alocar à gestão de resíduos.

Em áreas geograficamente dispersas ou com dificuldades de acesso, os custos logísticos associados ao transporte de resíduos para instalações de tratamento apropriadas podem ser substanciais. Ademais, a contratação de pessoal qualificado e experiente em gestão de resíduos sólidos, o que resulta em custos adicionais para a contratação de consultores externos ou empresas especializadas.

Para superar estes desafios, é fundamental adotar uma abordagem dinâmica e abrangente que envolva a conscientização pública sobre a importância da gestão de resíduos, o desenvolvimento de estratégias de financiamento para ideias inovadoras, assim como parcerias público-privadas, e o estabelecimento de prioridades contundentes na alocação de recursos. A gestão de resíduos é um componente essencial da qualidade de vida nas comunidades e requer investimentos adequados para proteger o meio ambiente e a saúde pública no médio e longo prazo. É essencial que os municípios encontrem maneiras de superar esses desafios financeiros para atender às metas estabelecidas pela PNRS e promover uma gestão de resíduos mais sustentável

Um Caminho para a Sustentabilidade a educação ambiental desempenha um papel fundamental na conscientização da população sobre a importância da gestão adequada dos resíduos sólidos, incluindo os resíduos de construção civil. A promoção da educação ambiental

é um dos pilares da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e é essencial para o cumprimento de seus objetivos, pois ajuda a conscientizar a população sobre os impactos ambientais dos resíduos e as práticas de gestão responsável.

A educação ambiental é importante porque prepara as gerações futuras para uma cidadania mais consciente e responsável, garantindo que a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente sejam prioridades. Outro aspecto importante é o estímulo à economia circular, que envolve a recuperação e o reaproveitamento de materiais presentes nos resíduos de construção. Através da educação ambiental, os municípios podem promover a ideia de que os resíduos de construção não são simplesmente "lixo", mas sim uma fonte de recursos valiosos que podem ser reutilizados na construção de novas estruturas.

Encontrar áreas adequadas para a construção de aterros sanitários é outro desafio, especialmente em regiões urbanas densamente povoadas. A aquisição de terrenos apropriados pode ser dispendiosa e demorada, o que torna a transição dos lixões para aterros sanitários um processo complexo. Em muitos casos, a comunidade local se opõe à construção de aterros sanitários próximos a áreas residenciais devido a preocupações com impactos ambientais e de saúde. Isso cria desafios políticos para os administradores públicos que buscam implementar soluções adequadas.

Desta forma, o Estado deve planejar; o setor produtivo deve reduzir os impactos ambientais na produção e recolher seus produtos após o uso; e, os consumidores devem buscar diminuir o consumo e separar o resíduo para a coleta seletiva (PEREIRA, 2011). A falta de conscientização da população sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente associados aos lixões pode levar à aceitação tácita dessas práticas inadequadas. A educação ambiental é essencial para combater essa falta de conscientização.

A fiscalização dos órgãos reguladores em relação aos lixões é, por vezes, insuficiente. A falta de aplicação rigorosa das leis existentes permite que esses locais ilegais continuem operando. A falta de fiscalização adequada em relação aos lixões ocorre devido a uma série de razões interligadas. As agências reguladoras e órgãos de fiscalização enfrentam limitações financeiras e falta de pessoal. Isso dificulta a realização de inspeções regulares e a aplicação rigorosa das leis existentes. Além disso, essas entidades frequentemente têm que lidar com uma série de prioridades concorrentes, o que pode reduzir a ênfase dada à fiscalização de lixões.

A infraestrutura e tecnologia limitadas são outro fator. Muitas vezes, os órgãos de fiscalização não possuem os recursos necessários, como veículos, equipamentos e sistemas de rastreamento, para realizar inspeções eficazes.

Áreas onde a destinação final de resíduos enfrenta desafios de acesso e infraestrutura limitada, é importante considerar alternativas viáveis para lidar com os resíduos de maneira ambientalmente responsável. Uma alternativa viável é a implementação de programas de coleta seletiva, que permitem a separação de resíduos recicláveis, como plástico, vidro, papel e metal, reduzindo a quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários ou lixões, além de promover a economia de recursos naturais.

A compostagem também deve ser considerada como alternativa importante para o tratamento de resíduos orgânicos, proporcionando destinação adequada aos restos de comida e resíduos de jardim. Esse processo transforma esses resíduos em composto orgânico, que pode ser usado como fertilizante, reduzindo a necessidade de aterros sanitários.

A coleta seletiva nos municípios brasileiros é um componente essencial da gestão de resíduos sólidos, conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Tal coleta se perfaz em um sistema que visa a separação e a coleta de resíduos recicláveis nas residências, empresas e instituições, para encaminhá-los à reciclagem, reduzindo assim o volume de resíduos destinados aos aterros sanitários ou lixões.

A burocracia e os entraves legais frequentemente complicam o gerenciamento de resíduos sólidos, criando desafios significativos. Esses desafios são particularmente evidentes quando se trata da colaboração entre municípios, governo estadual e federal, Ministério Público e o sistema judiciário. Alguns dos principais problemas enfrentados incluem a complexidade das regulamentações, prazos e metas estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a falta de recursos financeiros para cumprir essas metas.

Os consórcios públicos dispõem de algumas vantagens e peculiaridades que oferecem maior facilidade de gestão e gerenciamento, do que a administração direta (SANTOS, 2014). Algumas vantagens referentes a consórcios intermunicipais de resíduos sólidos: otimização de áreas para a disposição final de resíduos sólidos urbanos; oportunidade de ganhos pelo aumento de escala; redução de custos operacionais; minimização de riscos e impactos ambientais; entre outros (MOISÉS, 2001).

As regulamentações relacionadas à gestão de resíduos sólidos podem ser intrincadas e variam de acordo com diferentes níveis de governo. Essa complexidade pode resultar em interpretações variadas das leis e regulamentos, tornando o processo burocrático e difícil de navegar. A PNRS estabeleceu prazos para a eliminação de lixões e a implementação de ações adequadas para a gestão de resíduos sólidos. No entanto, muitos municípios enfrentam dificuldades em cumprir esses prazos devido a desafios financeiros e logísticos. Isso resulta em atrasos na adequação à legislação.

A coleta seletiva contribui para a diminuição da quantidade de resíduos sólidos orgânicos e recicláveis que são enviados para aterros. A coleta seletiva e a reciclagem criam oportunidades de emprego, principalmente na triagem e no processamento dos materiais recicláveis. Isso beneficia a economia local. A reciclagem de materiais contribui para a economia de recursos naturais, a redução da poluição e a diminuição das emissões de gases de efeito estufa.

A logística reversa é uma peça crucial no contexto das políticas públicas de resíduos sólidos, desempenha papel multifacetado e essencial. No cenário da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) do Brasil, essa abordagem vai muito além do gerenciamento de resíduos, abrange também os aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Em primeiro plano, a logística reversa emerge como uma resposta direta aos desafios ambientais que enfrentamos. Ao coletar e redirecionar produtos e materiais descartados de maneira adequada, ela atua como um anteparo contra o acúmulo em aterros sanitários e a disseminação de práticas inadequadas de descarte. Essa função direta repercute na preservação do meio ambiente, na prevenção da poluição do solo e da água, e na conservação dos preciosos recursos naturais que sustentam a vida em nosso planeta.

A relação estreita da logística reversa com os princípios da economia circular é notável. Ela promove a reciclagem, reutilização e a máxima valorização de produtos e materiais, contribuindo não apenas para a sustentabilidade ambiental, mas também para o desenvolvimento econômico. Essa abordagem resulta em empregos na indústria de reciclagem, redução de custos para empresas que podem utilizar materiais reciclados e, em última instância, no progresso econômico sustentável.

Outro aspecto fundamental é o princípio da responsabilidade compartilhada, uma pedra angular da PNRS. Fabricantes, importadores, distribuidores e consumidores compartilham a responsabilidade pela gestão adequada de produtos e resíduos. A logística reversa é o mecanismo que viabiliza essa colaboração, assegurando que cada parte desempenhe seu papel na cadeia de responsabilidade. A conformidade com a legislação é uma espinha dorsal da logística reversa. Diversas categorias de produtos, desde pilhas e baterias até produtos eletroeletrônicos, estão obrigadas a seguir princípios de logística reversa. Isso faz com que essa abordagem seja um elemento inseparável do cumprimento das leis ambientais.

Para os municípios, a logística reversa alivia a pressão financeira associada ao tratamento e à disposição de resíduos, pois reduz a quantidade de resíduos sólidos que necessitam ser gerenciados. Isso representa uma economia significativa de recursos públicos. A logística reversa também é um instrumento poderoso para a educação e conscientização

pública. Envolve informar os consumidores sobre a importância de devolver produtos e materiais adequadamente, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente e responsável.

Por fim, a implementação da logística reversa frequentemente exige inovação e investimento em tecnologia para otimizar o processamento e a reciclagem de materiais. Essa busca por eficiência estimula o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas e práticas de gestão de resíduos. Não é apenas uma resposta à gestão de resíduos sólidos; ela é um motor para a mudança ambiental, econômica e social. Desempenha um papel vital na busca por um sistema de gestão de resíduos mais eficiente e sustentável no Brasil e em todo o mundo, garantindo que a sociedade e a economia possam prosperar enquanto protegem nosso planeta.

Em 2015 o então governo gestor do município de Jussara, através das soluções compartilhadas aliou-se à parceria entre Jussara e os municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Meio Ambiente (CIMA) para a instalação de uma Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos (REUSI) em Jussara. O investimento visou transformar resíduos sólidos em compostos biosintéticos, óleo diesel sintético, negro de fumo e madeira biosintética, com baixa emissão de resíduos e geração de empregos para a região (ARRAES, 2015).

No entanto, em 2021, o município de Jussara decidiu sair do CIMA, o que levanta questões importantes. Primeiramente, não temos informações detalhadas sobre os gastos efetuados pelo município de Jussara desde 2015 até 2021 nesse projeto. Essa informação é crucial para entender o impacto financeiro dessa decisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através de entrevistas realizadas junto ao Secretário Municipal do Meio Ambiente e ao Procurador Jurídico Adjunto, vislumbrou-se a realidade do município de Jussara, em Goiás, quando a gestão dos resíduos sólidos sob sua batuta.

3.1. Desafios e Caminhos para a Adequação de Jussara à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Marco Regulatório – Entrevista com Tarles Alves da Silva, Procurador Jurídico Adjunto do Município de Jussara.

No cenário contemporâneo, as preocupações com o meio ambiente e a gestão adequada de resíduos sólidos tornaram-se elementos cruciais para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Nesse contexto, a cidade de Jussara, situada no interior do estado de Goiás, não é uma exceção. Em entrevista Tarles Alves da Silva, membro ativo da administração municipal,

compreende-se as complexidades e os desafios enfrentados pelo município na busca por conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Marco Regulatório.

Ao explorar as preocupações ambientais, se enfatiza que a administração atual está fortemente focada na gestão detalhada dos resíduos sólidos, reconhecendo a importância de lidar com todos os tipos de resíduos. Faz-se referência ao consórcio que Jussara participou entre os anos 2010 e 2011, que abordou soluções para resíduos sólidos, em contraste com a maioria dos municípios que não ofereceu soluções viáveis. Esse esforço inicial revelou o compromisso do município em lidar com uma questão de grande importância ambiental. No entanto, como menciona Tarles, a execução de tais iniciativas pode ser desafiadora.

Os desafios enfrentados por Jussara são complexos e multidimensionais, afetando a administração pública e a vida cotidiana dos cidadãos. Além da gestão de resíduos sólidos, o município está engajado em um ambicioso projeto de uma usina fotovoltaica, de modo a atingir autossuficiência energética. Entretanto, as oscilações nos custos e uma denúncia junto ao Tribunal de Contas paralisaram a execução do contrato. Isso destaca a dificuldade de concretizar projetos de grande relevância devido aos obstáculos burocráticos e denúncias infundadas, logo, se tem a lenta materialização das intenções no âmbito público.

Tarles também menciona os desafios financeiros que impactam diretamente a capacidade de implementar soluções sustentáveis. Os altos encargos patronais, que representam mais da metade da folha de pagamento, deixam o município com recursos limitados para investimentos, ainda que sejam relativos a áreas prioritárias. A falta de concursos públicos ao longo dos anos e a incapacidade de seguir com os projetos planejados exacerbam a situação financeira.

Inobstante os desafios, Jussara tem buscado soluções criativas para suas dificuldades. O município trabalha na regularização de suas certidões fiscais, possibilitando o recebimento de verbas federais e emendas parlamentares. Além disso, obteve êxito no aumento da participação no ICMS Ecológico devido a ações que melhoraram a situação do meio ambiente, representando uma fonte adicional de recursos.

A entrevista com Tarles fornece uma visão detalhada das questões que envolvem a busca por conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Marco Regulatório em Jussara. No mesmo sentido ilustra a complexa relação entre a gestão pública, as questões financeiras e os desafios ambientais. Enquanto Jussara enfrenta obstáculos consideráveis, suas iniciativas e esforços indicam um compromisso genuíno com o desenvolvimento sustentável. A cidade está determinada a superar as adversidades e encontrar soluções que beneficiem a comunidade local e o meio ambiente.

3.2. O Compromisso com a Causa Ambiental, Humana e a Adaptação: As Limitações Orçamentárias do Município de Jussara – Entrevista com Ricardo dos Santos Nascimento, Secretário do Meio Ambiente do Município de Jussara.

Através da entrevista concedida por Ricardo dos Santos Nascimento, secretário do meio ambiente do município de Jussara, foram obtidas informações valiosas sobre as dificuldades que o município de Jussara enfrenta na sua busca pela adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ao Marco Regulatório, bem como as soluções inovadoras que estão sendo implementadas.

A cidade de Jussara havia aderido a um consórcio no passado, o qual se mostrou ineficaz ao longo dos anos. Esse consórcio foi implementado em gestões anteriores, e, não trouxe avanços significativos na gestão de resíduos sólidos ao longo dos últimos quase quinze anos. Ricardo enfatizou que, em sua opinião, o consórcio deveria ser gerido por uma empresa séria, que cumprisse seus deveres e compromissos na conservação e proteção do meio ambiente. No entanto, o consórcio anterior, criado pelas próprias cidades, não trouxe resultados positivos, e, a área adquirida para o tratamento de resíduos foi bloqueada judicialmente devido à existência de nascentes no local.

A falta de evolução e os altos custos associados ao consórcio levaram o município a tomar a decisão de não mais aderir a essa solução. Em vez disso, eles se concentraram em melhorar seu lixão a céu aberto, implementando uma série de medidas para torná-lo mais organizado e sustentável. Essas medidas incluem a criação de áreas específicas para diferentes tipos de resíduos, a instalação de caixas d'água, vias públicas dentro do lixão, e o tratamento humanizado dos catadores que trabalham no local.

A cidade está planejando implementar uma usina de tratamento de resíduos, que se tornará uma alternativa ao consórcio. Essa usina beneficiará os catadores e gerará renda para suas famílias, ao mesmo tempo em que minimizará o impacto ambiental causado pelo lixão, tornando a implantação de um aterro sanitário uma opção inacessível no momento. Atualmente, os gestores buscam soluções paliativas e formas de melhorar a gestão de resíduos sólidos a curto prazo.

Além disso, destacou a importância da parceria com o Poder Judiciário e do apoio do Ministério Público na busca por soluções para os problemas ambientais da região. A secretaria do Meio Ambiente está desempenhando um papel fundamental na melhoria da situação ambiental em Jussara, implementando ações que geram resultados visíveis, como a coleta e destinação adequada de pneus.

No decorrer da entrevista, restou evidente que a questão do gerenciamento de resíduos sólidos é uma prioridade para a administração de Jussara. O secretário destaca que o município enfrentou desafios significativos em relação ao consórcio que havia sido implantado no passado. O sistema do consórcio, apesar de sua intenção nobre de lidar com os resíduos de várias cidades, não estava funcionando efetivamente. A falta de resultados positivos levou à decisão de não aderir ao sistema de consórcio, direcionando o foco para outras abordagens.

A entrevista também destacou o desafio orçamentário que a cidade enfrenta. A queda nos recursos federais e estaduais impactou negativamente a capacidade de Jussara em investir em infraestrutura, incluindo um aterro sanitário, que poderia ser a solução ideal. No entanto, a administração não se deterá diante desses desafios financeiros e continuará a explorar soluções paliativas, demonstrando determinação em minimizar o impacto ambiental do lixo, até que sejam realizados os intentos definitivos.

4 CONCLUSÃO

Ante o exposto, no cenário atual, a gestão adequada de resíduos sólidos é um desafio que se impõe como uma necessidade premente. À luz das entrevistas com o advogado municipal, Tarles Alves da Silva, e, com o secretário do meio ambiente, Ricardo dos Santos Nascimento, se pode adentrar nas complexidades e desafios enfrentados por Jussara em sua jornada para cumprir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Marco Regulatório.

A cidade de Jussara, como muitas outras em todo o país, depara-se com obstáculos multifacetados nesse caminho rumo à gestão sustentável de resíduos. Desde a questão financeira que restringe seus recursos para investimentos essenciais até a complexidade das regulamentações, as dificuldades são inúmeras. No entanto, essas entrevistas também evidenciaram o profundo comprometimento de Jussara com a causa ambiental e a busca por soluções inovadoras.

Ricardo dos Santos Nascimento salientou a importância de medidas empreendidas por Jussara para melhorar a gestão de resíduos sólidos, desde a organização do lixo até a implementação de ações que permitam uma coleta e destinação adequada de pneus, mostrando um esforço constante na direção da melhoria ambiental. No mesmo diapasão, Tarles descreveu o desafio orçamentário que o município enfrenta, resultado de cortes nos recursos federais e estaduais. No entanto, a administração de Jussara não se deixou abater por essas limitações financeiras e continuou buscando soluções alternativas, incluindo a criação de uma usina de

tratamento de resíduos. Isso representa uma demonstração de resiliência e comprometimento em minimizar o impacto ambiental do lixão.

Assim, à medida que se avança na compreensão das complexidades que envolvem a gestão de resíduos sólidos em Jussara, resta cristalino que a busca pela conformidade com as regulamentações nacionais é um desafio significativo, mas que a cidade está disposta a enfrentá-lo com criatividade e determinação.

É importante destacar que o compromisso com a gestão de resíduos sustentável não diz respeito apenas a Jussara, mas a todos os municípios do Brasil. A gestão adequada de resíduos sólidos é um pilar fundamental para a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável. Portanto, é essencial que governos em todos os níveis, juntamente com a sociedade civil, continuem a colaborar na busca por soluções inovadoras e eficazes para esse desafio premente.

A história de Jussara, suas lutas e conquistas quanto às questões relacionadas ao meio ambiente são emblemáticas, o que representa a realidade de diversas cidades brasileira. A jornada rumo à gestão sustentável de resíduos é complexa e repleta de obstáculos, mas é uma jornada que deve ser feita. A proteção do meio ambiente e a busca por um futuro mais sustentável exigem esforços contínuos e comprometimento inabalável, e, Jussara está à altura deste desafio.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara Guimarães. Municípios pedem mais prazo para apresentar planos de gestão e acabar com lixões. **Agência Senado**, 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2014/04/02/municipios-pedem-mais-prazo-para-apresentar-planos-de-gestao-e-acabar-com-lixoes>>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARRAES, Wolmer. Prefeita e Prefeitos de Municípios do CIMA Anunciam Parceria para Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos em Jussara. **Notícias de Jussara**, Terça-feira, 25 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://noticiasdejussara.blogspot.com/2015/08/fim-do-lixao-13-milhoes-de-dolares-para.html>>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução Conama n.º 001, de 23 de janeiro de 1986**. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, Lei 12.305. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/.../lei/112305.htm>. Acesso em: 15 out. 2023.

CÓRDOBA, Rodrigo Eduardo. **Estudo do sistema de gerenciamento integrado de resíduos de construção e demolição do município de São Carlos**. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

DIAGNÓSTICO DO MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Brasil: **Ministério das Cidades**. Disponível em:<<http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos>>. Acesso em: 15 set. 2023.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM). (2016). **Panorama da destinação dos resíduos sólidos urbanos no Estado de Minas Gerais em 2015**. Belo Horizonte.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 14 out. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Manual para implantação de compostagem e de coleta seletiva no âmbito de consórcios públicos. Brasil: **Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano**. Disponível em:<<https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/item/10333-consorcios.html>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MOISÉS, Hélvio Nicolau. Cooperação Intermunicipal para a Gestão do Lixo. In INFORMATIVO CEPAM. **Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal**. Estudos, legislação básica e pareceres. São Paulo; Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 2001.

NASCIMENTO, Ricardo dos Santos. Entrevista concedida a Kawindayvide Reis Silva. Jussara, GO, 2023

PEREIRA, Tatiana Cotta Gonçalves. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: nova regulamentação para um velho problema. Direito e Justiça**. v.11. n.17, 2011. Disponível em:<http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/719>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, Natália Sampaio dos. **Potencialidades e desafios dos consórcios intermunicipais de manejo de resíduos sólidos** – Estudo de Caso CONSIMARES. Piracicaba, 2014.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS. Disponível em:<<https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, Tarles Alves da. Entrevista concedida a Kawindayvide Reis Silva. Jussara, GO, 2023

SILVA FILHO, Severino Ricardo. **Proposta de modelo de aterro sanitário simplificado para municípios de pequeno porte**. 2017. 92 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB. 2017.

APÊNDICE A

Entrevista com Tarles Alves da Silva, Procurador Jurídico Adjunto do Município de Jussara:

Então, me chamo Tarles Alves da Silva, é sou é advogado, me formei no ano de dois mil e dezesseis, dois mil e quinze pela Faculdade Jussara FAJ, iniciei na advocacia no mesmo ano de dois mil e quinze , aprovação na OAB. É hoje sou pós-graduado em direito público, estou pós-graduando em licitações e contratos pela pelo Instituto Goiás de Direito. Sou atual procurador jurídico adjunto do município de Jussara e também trabalho em meu escritório de advocacia é com a advocacia consultiva e contenciosa.

00:00:48 Kawindayvide reis silva

Então hoje a gente tá aqui pra falar sobre a gestão dos resíduos sólidos do município de Jussara, Goiás e um panorama sobre os demais municípios estamos aqui com o doutor Tarles e estamos iniciando uma entrevista para falar sobre as dificuldades hoje dos municípios brasileiros especificamente o consórcio da região do Araguaia, Jussara, entre outras regiões aqui perto que aderiram ao consórcio. E a gente veio falar um pouco, né? Com a experiência aqui do doutor junto comigo sobre esse assunto e a gente veio desmistificar às vezes algumas coisas aí também que que acontece todo trâmite que acontece , sobre a gestão em si administrativo do consórcio e da gestão dos resíduos em si que é a peça fundamental aqui da pesquisa.

00:01:46 Tarles

Maravilha. É no caso já trazendo pra uma realidade do município é o município hoje de Jussara como a gente iniciou a conversa anteriormente é ele fazia parte de um consórcio intermunicipal no qual tinha como principal fundamento a destinação correta dos resíduos sólidos por meio, por meio de a criação de um aterro sanitário. É um consórcio que foi desenvolvido entre os municípios de Santa Fé, Jussara, Novo Brasil e Fazenda Nova. Esse consórcio foi criado por voltado ano de dois mil e onze manteve-se ativo até o ano de dois mil e vinte e um. É no qual a atual gestão optou por não mais participar desse convênio, tendo em vista que o projeto mesmo durante passados aí quase dez anos até a data da do encerramento do até a data que se desvinculou ao consórcio não teve não tinham dado início a nenhum uma ação efetiva tão somente os projetos e as despesas existentes em relação ao custeio do convênio. Então, era uma exigência legal, tanto é que no de dois mil e vinte foi aprovada a lei que fala sobre o novo marco de regulatório do saneamento cada município teve a sua incumbência de poder informar e

apresentar um projeto de lei que ia dar uma destinação correta para os resíduos sólidos e essa é uma realidade de noventa por cento dos municípios goianos porque hoje a gente sabe que a realidade é que nenhum município. Nenhum não, poucos municípios têm o atendimento com aterro sanitário foi uma preocupação tanto no âmbito legislativo quanto no âmbito do executivo. A primeira preocupação do âmbito do Poder Executivo foi a implantação desse sistema, pois quando se vê em quando se fala em relação ao aterro sanitário, que hoje o mais comum nos municípios, principalmente no interior é o lixão a céu aberto. A maior dificuldade que tiveram foi justamente tentar implantar, pois o aterro sanitário ele é caro. O custo de manutenção de um aterro sanitário com a cidade de aproximadamente vinte mil habitantes, como é o caso de Jussara, ele ultrapassa quinhentos mil reais mensais é uma é um investimento alto para o município pequeno. É e pensando nisso foi feito uma orientação da Agência Goiânia dos Municípios a AGM no qual apresentou o projeto de lei que seria da taxaço dos resíduos sólidos ou seja, todos os municípios encaminharam o projeto de lei no qual eles iam fazer uma fonte de arrecadação pra taxar os resíduos sólidos e conseqüentemente criar condições de implantar um aterro sanitário ou a usina foto porque a principal preocupação usina tratamento. De tratamento dos resíduos sólidos, porque a principal preocupação dos municípios era, se implantar a usina, se o município conseguirá manter essa usina. Então esse seria o objetivo da taxaço que é uma recomendação da agência Goiana dos Municípios. O segundo problema chegou quando o projeto de lei foi encaminhado para as câmaras porque esse projeto deveria ter sido sancionado até março do ano de dois mil e vinte e dois se não me falhe a memória. E as câmaras como via de consequência orientadas pela pelo pela agência goiana, agência goiana não é da AG das câmaras municipais, a me fugiu a letra a sigla, mas a o consórcio das Câmaras Municipais orientou no sentido contrário a AGM para não aprovarem porque era uma taxaço contra o contribuinte e que o contribuinte não podia arcar com essas despesas e na grande maioria os projetos de lei foram arquivados conta dessa taxaço. Vídeio consequência os municípios ficaram inadimplentes tanto com a legislação para atender o marco regulatório do saneamento básico e sem uma destinação correta da dos resíduos sólidos, ou seja, tudo aquilo que foi planejado inclusive pela lei quatorze mil e vinte e seis lá de dois mil e vinte foi caiu por terra porque os municípios não conseguiram regulamentar. Então hoje no município de Jussara a gente tem essa dificuldade de dar uma destinação correta O que a gente tem ainda é somente o lixão a céu aberto. É não conseguimos ainda implantar uma a legislação e muito menos criar a usina. Embora é um sonho, é uma vontade de implantar essa usina mesmo com a ausência da da legislação e da taxaço do dos resíduos sólidos, mas ainda é uma realidade um pouco distante pelos custos, principalmente no ano nesse ano agora de dois mil e vinte e três do Fundo de

Participação dos Municípios, o FPM. Então, e como disse anteriormente não era realidade só de Jussara, mas de todos os municípios, com essa redução, o município tá sendo obrigado a deixar de fazer alguns gastos adicionais então ainda não teve uma definição de como será realizado essa destinação dos resíduos sólidos no âmbito do município de outros municípios estão participando de consórcio citar como exemplo o município de eu acho que de Itapirapuã não sei se ainda estão fazendo mas eles contratavam uma empresa pra transportar o lixo deles daqui pra Guapó, que é a cidade mais próxima que tem uma usina. Então, eles contratam uma empresa de transporte para transportar o lixo de Itapirapuã pra Guapó. Então assim, isso eleva muito o custo também para o município, mas ainda pra Itapirapuã acredito que tá sendo mais barato do que implantar a própria usina no município linhas gerais basicamente a atual situação do município hoje em relação tanto a legislação quanto a execução são essa. Infelizmente não foi aprovada o projeto de lei encaminhado pra Câmara Municipal. Então o município não tem é previsão legal de fazer essa taxaço ou implantar algo para poder ser ressarcido futuramente por meio da cobrança de taxas e consequência não tem a usina ainda possa fazer a destinação correta desses resíduos sólidos

00:08:33 Kawindayvide reis silva

É, o senhor tocou num ponto central, né? É que na verdade é todo esse impasse que acontece dos órgãos reguladores, dos tribunais de contas do município, com a lei federal deixando esse encargo para os municípios que é a regularização do de cada aterro no devido território de cada município. Da questão da taxaço, que é uma coisa que no meu ponto de vista barrou a taxaço, porque o município não consegue dar para a sociedade esse serviço, então como ele vai cobrar, um serviço que ele nao executa em prol da sociedade. Então, a taxaço, o dinheiro viria pra onde? Um outro ponto bem interessante que o senhor tocou: a questão dos cortes, da União, vários municípios, informação, foi em torno de dois milhões de verbas cortadas que isso impacta, como o senhor mesmo disse, é um impacto muito grande em várias áreas inclusive é a área ambiental que a gente humanamente falando a tem outras áreas mas mais prioritárias, como a saúde, mas quando a gente fala do meio ambiente a gente vê que mais na frente vai faltar para as gerações futuras. Então a gente não vê muito essa preocupação é um fator muito central da pesquisa justamente esses impasses que vem se arrolando a muito tempo das gestões dos resíduos de forma geral?

00:10:33 Tarles

Nessa questão mesmo assim do da taxaço o objetivo central na verdade do projeto era justamente fazer com que o município passasse a ter uma renda que não estava prevista no orçamento, ele ia passar a ter uma renda com essa nova taxaço e essa taxaço servisse como subsídio e aporte também financeiro para o município implantar a usina. Por exemplo, o município poderia começar a pensar a partir do momento que o município cobrasse efetuasse a cobrança da taxa, suponhamos que o município conseguiria ali arrecadar mensalmente, proporcionar uma cem mil reais esses cem mil reais poderiam ser utilizados pra pagamento de uma parcela, por exemplo, de um de um crédito junto a uma instituição financeira, a exemplo disso a gente tem o FINISA que que é um programa de benefício pros municípios pra poder ter um acesso ao crédito com uma taxa de juros mais acessível no qual é como se fosse o Minha Casa Minha Vida pros municípios. Então, assim, o município ele vai ter um aporte financeiro, vai receber um financiamento que ele vai poder financiar obras, serviços principalmente que são vinculadas a proteção e preservação do meio ambiente e que vai e com isso o município conseguiria, por exemplo, pagar uma parcela da usina com a arrecadação ou parte da parcela com arrecadação. Então se o município passaria de um uma despesa pra uma fonte de arrecadação. Isso. Então assim, o objetivo central seria esse, né? Então era criar uma situação para poder começar a ter um investimento naquela área. Claro que tudo isso depende de tempo Município ia cobrar esse mês, daqui três meses, quatro meses que talvez teria já uma resposta em relação à destinação. Né? Sim, não, é verdade por é por direito de os municípios cobrarem mesmo essa taxa. é aquela questão que ainda não foi implementado a destinação final é isso inclusive quando você menciona na questão de Itapira se eu não me engano já faz o transbordo, né. É acredito que a longo prazo isso se tornaria muito gasto pros cofres públicos porque hoje o maquinário hoje de processamento lógico a gente teria que ter todo uma empresa às vezes privada, uma iniciativa pública privada por trás mas acho que acredito que a longo prazo ficaria muito mais inviável. Do município, por exemplo, de Itapira.

00:10:33 Kawindayvide reis silva

E eu tive com o secretário até me disse do plano mesmo tá criando uma usina aqui eu achei muito bacana ainda interessante na verdade só que ,foi uma pergunta que eu fiz pra ele me respondeu a, muito bem, mas eu queria saber do senhor agora sobre a questão que inicialmente a gente falou que seria essa verba que foi repassada por esse consórcio, aí a gente viu que o consórcio começou em dois mil e onze , nós estamos em dois mil e vinte e três, porém , foi encerrado o consórcio a iniciativa por parte do município de Jussara, pro consórcio em dois

mil e vinte e Então foram dez anos de repasse pro consórcio. E o que aconteceu? Se se isso está no contencioso?

00:14:01 Tarles

Então, até onde eu acompanhe essa ação ela virou uma ação judicial, justamente com base nas prestações de contas, por quê? Todos os municípios consorciados efetuavam pagamentos mensais e rotineiros. Claro que dentro do consórcio tinha uma estrutura de empregos. Pessoas que estavam por trás trabalhando por trás não, estavam trabalhando que era presidente, vice-presidente, tesoureiro, contador, advogado, todos esses tinham uma estrutura remuneratória. Então o Ministério Público ingressou com a ação eu não vou conseguir falar para você qual a ação mas eu me recordo que na época teve uma ação judicial justamente questionando sobre esses pagamentos. E tanto é que além desse fator o fato da falta de execução de fato foi o motivo que motivou a atual gestão a não manter esse vínculo esse consórcio pois o dinheiro que estava sendo investido nesse consórcio o município poderia destinar em outras coisas a aquisição de máquinas é para poder fazer um outro serviço que as vezes não vai dar solução de fato pro problema sanitário que a gente tem, mas vai acabar amenizando. A exemplo disso, o lixão, o próprio lixão, ele, quando o município assumiu, ele era abarrotado de lixo, abarrotados que não tinham uma alternativa e o município hoje conseguiu controlar e lá via de consequência gerava muitos gases, esses gases geravam fogo o fogo, incendiava propriedades vizinhas. Então o município começou a tratar melhor o lixão, mesmo sendo o lixão a céu aberto, começou a investir um pouco mais lá no lixão, hoje tem máquinas que ficam especificamente lá para poder fazer a manutenção do lixão além disso tem funcionários lá para poder fazer esse preventivo evitar que tenha incêndios, porque na verdade ninguém coloca. Na verdade, às vezes do calor e o gás no vidro pode. Esquentar uma folha e a folha vira um foguinho ali e dali daquele fumego acaba virando incêndio. Então assim, hoje o município está investindo muito nisso para poder evitar é essas queimadas. Então o município deixou, deixou de participar justamente por esses dois fatores, o primeiro pela falta de execução de fato do programa, né? E pela questão de não concordar com essa questão da destinação da verba pública em uma ação que não está tendo nenhum resultado prático. Infelizmente a gente sabe que às vezes as vezes pode ter sido utilizado esse consórcio tão somente pra criar emprego que é a cargos. Então, o município de Jussara hoje não participa mais dele. Não sei se os outros municípios, como que está, se ainda continuaram se Santa Fé, Fazenda Nova, Novo Brasil continua, mas Jussara hoje não participa mais.

00:17:03 Kawindayvide reis silva

Certo e quanto essa questão que se me argumentou do na verdade não argumentou não, falou a realidade hoje do lixão. Porque hoje lixão realmente a gente vê que que houve uma melhora, inclusive tem local com sombra. Antigamente a gente não ouvia é água até pra higiene mesmo os próprios catadores ali que. Que sobrevive daqui para mim mesmo é com menção aos funcionários, se você me disse também que ficam lá fazendo a seletividade mesmo dos materiais, né? Até para ficar mais fácil para os catadores. Inclusive o Ricardo me questionou essa questão é do ministério do das verbas né? Que foi repassada. Agora isso aí é com o Ministério Público. O meio ambiente depende do Ministério Público.

00:18:01 Tarles

Quando se judicializa. Então, assim, o administrativamente o município já não pode fazer mais nada. O que a gente poderia fazer era sair do consórcio e até mesmo cair de forma formal, porque senão ia acabar gerando um débito no município com o consórcio o município já comunicou que não ia mais participar e de imediato cortou qualquer tipo de repasse. Então o município já não faz. Agora como existe essa ação civil pública e se porventura tiver de comprovar irregularidades aí os responsáveis serão responsabilizados. É difícil da gente falar hoje se vai ter um retorno desse valor para os cofres públicos porque vai depender do que eles comprovarem né? As vezes a gente sabe que às vezes por trás de um de um programa Pode ser que às vezes não tenha nada executado de fato, mas às vezes administrativamente tinha algo surgindo, que tava gerando e justificando essa despesa. Né? Mas é agora vai ficar a critério da justiça se houve alguma responsabilização, se houve alguma apropriação indevida no caso de tiver ocorrido que os responsáveis arquem com as consequências. Sim. É porque na época se eu não lembro bem são era isso em dois mil e onze acredito que era em torno de dois milhões. Valor exato do consórcio. Não me recordo porque até porque assim, como a gente entrou e já tirou. Quando eu comecei na Prefeitura já acessou, eu não me recordo qual que era o valor mensal do repasse. Mas possivelmente deve ter algo no portal. Não lembro de ver, mas deve ter algo. É hoje, por exemplo, se esse projeto tivesse sido implementado da usina. De tratamento aqui, essa questão da taxaçaõ ela já iria correr para a frente, já iria, tinha possibilidade de ter ocorrido, do dado certo. Isso, na verdade o que a legislação fala é que o município que tem hoje condições de dar destinação correta para os resíduos sólidos, não precisa dessa legislação complementar. Só que como o município de Jussara não tem essa legislação complementar, não tem a destinação, ele necessitava da legislação complementar para que ele apresentasse um plano de trabalho em farmácia. Olha, daqui até dois mil e vinte e seis, que é o prazo final tem

ele vai ter condições de ter uma usina no município que já tá fazendo o tratamento. Por isso que tinha esse prazo aí de dois mil e vinte e dois até dois mil e vinte e seis, seriam quatro anos aí de implantação desse projeto. O que não ocorreu conta da de não ter sido esse projeto aprovado no âmbito do poder legislativo. Pode ser que às vezes após a aprovação e o município tivesse condições de implantar sem cobrar do contribuinte talvez nem seriam cobradas, nem seria cobrada essa taxa. Porque mais assim, a legislação, inclusive essa legislação foi uma legislação que foi elaborada pela própria AGM e que e sobre a recomendação da AGM pra todos os municípios. Então, praticamente acredito que todos os municípios que são filiados a agência dos municípios receberam essa mesma legislação e protocolaram a mesma. Alguns aprovaram, outros não, igual Jussara não aprovou. E lembrando agora da união dos vereadores de Goiás, é o VG ao VG orientou para pela não aprovação. Então houve esse impasse entre a GM ou VG e no mesmo tempo o Ministério Público cobrando agora dos municípios qual foi o resultado dessa legislação que o município precisa ter essa legislação. Inclusive recentemente esse tema voltou à tona e acredito que o município terá que encaminhar novamente esse projeto de lei. Pra tentar regulamentar algo nesse sentido aqui no âmbito do município não somente pela preocupação do marco sanitário, mas também pela preocupação tanto do meio ambiente que é uma exigência e também pelo por uma cobrança do próprio Ministério Público em relação a isso.

00:22:46 Kawindayvide reis silva

A conversa que eu tive com o Ricardo. Eu até mencionei uma experiência assim na vida da gente quando visitei um lixão no município de Águas Lindas de Goiás, e naquela época, eu acho acredito em dois mil e dez, por aí, já era bem organizado nesse sentido tinha conscientização da sociedade e da educação ambiental, da coleta seletiva lá era feito com base numa cooperativa. Hm-huh. Então aqueles catadores que já estavam lá naquele local insalubre e eles fizeram parte então quem sem é? Da cooperativa. E no final do mês corrido aonde se catava todo tipo de lixo que era econômico, né? É eles rateavam uma cooperativa em comum, rateava a renda, né? Que ele se formou. Então a gente vê que o Ricardo é um é uma pessoa bem atuante nesse sentido. Sim. Eu até mencionei esse fator, ele falou, não eu já pensei nisso, eu pense em criar aqui uma forma de cooperativismo nesse sentido, que daí já haveria aquele ponto que é a preocupação é até do é do da parte do jurídica, né?. Que você mencionou a questão de como a gente poderia fazer do lixão virar uma renda passiva pra uma renda ativa.

00:24:04 Tarles

Sim, então seria isso uma . Uma alternativa, Também. Já tiveram, já fizemos algumas reuniões e foi cogitado essa hipótese, tentar criar aqui no município a questão desse cooperativismo. Até a dona Branca (prefeita) havia feito essa sugestão pra tentar implantar no município, porque hoje a gente já tem aí catadores de papelão, catadores de latinha, mas que não é não o sistema de cooperativa e foi uma das alternativas quando teve a não aprovação do projeto, uma das alternativas que ela havia cogitado. Entretanto, tem uma certa resistência do cooperativismo, pois ah é difícil de implantar na cabeça do cidadão hoje que faz a coleta e vende para um terceiro as vezes de uma cooperativa ele entender que o sistema de cooperativismo todos vão ganhar vai beneficiar todos e as vezes de uma forma bem mais valorizada do que ele é hoje na nesse trabalho mais informado. Trabalhando de forma informal e sem ter um e sem ter um amparo do município e sem contar que quando se fala de cooperativismo ele de fato no município, principalmente nessa questão da destinação de resíduos, você vai diminuir aquele lixo de fato que o município vai ter que tratar. Se você vai fazer uma coleta, por exemplo, de papelão, de vidro, de pet, de lata, você vai você vai reduzir o volume do lixo que vai ser tratado basicamente vai ficar pro município da destinação somente pro lixo orgânico. Esses que são recicláveis é a cooperativa consegue fazer uma a destinação correta dele onde já deixa de ser uma preocupação com o município mas já tentamos fazer algumas reuniões, mas ainda não tivemos tanta efetividade por conta dessa resistência, de compreender o que é, bom já tentamos até custo do SEBRAE trazer cursos do SEBRAE nesse sentido, mas não tivemos nem matrícula Então, assim, pra tentar orientar e conscientizar a população em relação a essa possibilidade. Então, acho que a gente, acho não, hein? Pro município implantar uma cooperativa, eles vai ter que ser aquela conscientização individual tentar procurar aquelas pessoas que já trabalham nesse segmento e informar elas a possibilidade do cooperativismo, senão pode acabar acabando com a fonte de sustento deles, pois se a gente deixar de dedar essa oportunidade pro cooperar, pra um eventual cooperado aqui no município Pode ser que se faça uma licitação e uma empresa de fora venha fazer esse serviço aqui. Ele acaba deixando de ter esse essa fonte de renda. Sim. Mas já foi cogitado sim tentar fazer o cooperativismo. Pra pelo menos no que se refere aos materiais que são Reciclagem tem um valor em comum. Isso, isso. Certo. Claro que todos tem, por exemplo, até o lixo orgânico mesmo, ele pode ser transformado em adubo orgânico, né? Mas assim, aí já é um outro processo um pouco mais complicado pra parte dum pouco da falta de tecnologia também, até das iniciativas privada, não só. Não só pro poder público. Sim, mas eu tenho eu acho que eu acho que em Goiás tem uma usina que faz a faz matéria orgânica, faz transforma os resíduos é é orgânicos em matéria orgânica, em adubo orgânico, se eu não tiver enganado eu acho que mas eu não me recordo qual cidade, eu não sei se é em. Você escolhe

Jataí, é uma cidade de Goiás que tem e que eles fazem, eles fazem um sistema de cooperativismo, só que todos os cooperados eles levam a eles fazem essa coleta e no que sobra de matéria orgânica, eles fazem processamento pra virar adubo. E o adubo eu acho que fornece pequenas propriedades ali, tem um preço acessível.

00:28:04 Kawindayvide reis

Certo. Então assim, é uma economia, é uma economia por trás do lixo. O lixo vira dinheiro, né? Porque na verdade esse aí na verdade é a parte pra é pra economia circular, né? Isso, que é uma coisa que teria nem destinação, ela volta pra ser construída. Por isso ela tem um valor econômico melhor até devido isso aí. Sim, sim.

00:28:20 Tarles

Coisa bem bacana. Até no próprio curso do Sebrae que que foi apresentado aqui pelo município, ele deixava bem claro justamente essa questão de você transformar o lixo em dinheiro. De fato o município, não o município só ia ganhar, mas sim todos aqueles que beneficiariam do lixo hoje de forma informal eles passariam talvez a dobrar a renda deles transformando de fato o lixo em dinheiro. Sim. Mas por meio da cooperativa. E a gente mais humano também, né? Daquilo que você falou de dar oportunidade pra que os catadores já estavam aí pra sair até daquele trabalho mais insalubre mesmo, né? Isso, agora tem mais desumanizar, digamos assim. Sim, sim. É interessante

00:29:03 Kawindayvide reis silva

Assim, todas essas coisas eu acho que vem pra, pra tá agregando mesmo. É outra coisa que eu queria pontuar também fazer uma memória aqui, rapaz é a conversa que eu tive também com o Ricardo ele até mencionou na questão de dar destinação então pra todos esses resíduos mesmo Como você mesmo mencionou o que é reciclável tem uma tem um valor econômico por trás então vai ter alguém com os olhos ali, né? Sim. É o que é orgânico a gente sabe que tem a tecnologia que seria o a o resto, né? De tudo ali digamos assim, a gente sabe que tem a tecnologia pra virar isso o adubo e voltar a produzir até alimentos. Aí eu dei uma ênfase no Ricardo com a questão dos resíduos de construção civil, porque do meu também porque na verdade é numericamente falando eu vi as estatísticas que é o maior volume é o e fica realmente tudo que tem valor econômico a alguém ou algum empresa ou até mesmo o poder público tá de olho. Agora o que entre aspas não tem, mas a gente vê que tem um valor econômico também o resíduo da construção civil. Ele falou que o que o plano do município da gestão desse resíduo

em específico é o de construção civil ele falou que tá com a ideia de jogar nos aterros aonde tem uma massaroca, onde tem um vão destinação se implementado essa usina, lógico, né? E com a questão dos resíduos de construção civil aí eu até mencionei com ele se ele teria alguma tecnologia, né?. O que já tá sendo feito no Agora hoje em dia, não sei se você tem conhecimento que eles já tão moendo pedra ali pra virar areia pra que na agricultura não pode ter nas pedras, então ele já tá fazendo esse processo de moagem. Eu perguntei ele se eles estão pensando em alguma coisa nesse sentido. Aí eu vi que não, que a ideia dele era só realmente dar essa destinação pro resíduo você como consultor do município, da parte jurídica. Então vou ser aconselharia em relação a esse resíduo ao descarte dessa forma?

00:31:33 Tarles

A gente já fez reuniões também para sobre esse assunto, inclusive orçamento pra tentar adquirir por parte do município usina de blocos de tijolos que seria utilizado os restos de construção, eles passam por um processo de montagem. De moagem e voltam a ser o farelo, desse farelo, areia, da areia, ele volta a virar um tijolo. E esse tijolo seria utilizado justamente na manutenção dos prédios públicos aqui do município. Por exemplo, é não sei se você viu recentemente aqui no cemitério foi feito uma o muro do cemitério está sendo refeito. Seria justamente daqueles blocos de tijolo. Tem uma usina específica acredito que você vai ter mais conhecimento do que eu, eu não tenho tanta propriedade pra falar sobre isso, mas até a prefeita disse que queria adquirir justamente pra fazer manutenção dos prédios públicos, porque é ainda um dos maiores problemas mesmo jogar nessas valas, nesses locais aí que tão pra de aterro, não é a destinação correta, né? A gente sabe que principalmente enquanto se fala em aterro, barragens não é o material correto pra se utilizar. Então assim, a preocupação e a vontade, né? Só que na eu sempre falo, na administração a gente às vezes tem muita vontade, mas consegue executar pouca coisa. Porque assim, não depende exclusivamente só da vontade, né? Depende de outros fatores também mas a vontade do município hoje da atual gestão é conseguir implantar essa usina pra poder fazer a manutenção dos prédios do município e principalmente manutenção de muros por exemplo, hoje tem o muro do estádio precisa ser refeito. Então com ser implantado e conseguir implantar essa usina no município o a os blocos que vão ser utilizados pra fazer a construção dessa dessas paredes lá já poderiam sair do próprio município tem praticamente custo zero com é a fabricação desses tijolos. Então assim, é uma preocupação e é uma vontade. Não sabemos se a gente vai conseguir por em prática, né? Mas é uma preocupação. Outra usina também, a gente fala usina porque é um sistema de processamento, mas. Tem uma máquina, ela é destinada pra poder fazer, triturar árvores. Então, por exemplo, se o município tem que

fazer uma poda de árvores ou às vezes um particular, tá te retirando uma árvore de dentro de um lote dele jogar na rua com o município ir pro lixão ou jogar lá no lixão que vai gerar um volume essa máquina ela faz ela tritura tudo e ele transforma a matéria orgânica, matéria orgânica que pode ser utilizada também poder fazer manutenção de jardins e também se for pra jogar de volta no meio ambiente ela não é prejudicial porque é uma matéria orgânica que vai se ao com o tempo ela vai se converter em adubo Então é também uma vontade do município. Mas ainda não sabemos se vai conseguir. Projetos tem. Sim. Mas infelizmente não temos a ainda não conseguimos executar mas recentemente tivemos na data que foi essa preocupação do marco sanitário, o marco sanitário foi quando a gente teve essa reunião pra gente tratar dos assuntos que podem ser relevantes pro município nesse aspecto e foi onde a gente conseguiu ver essa possibilidade tanto dessa usina pra criar pra construção de blocos de tijolos, de acredito que até o tijolo pequeno daqueles que você faz calçada com tijolo ralador, aqueles e do bloco maior pra construção de muro então parece que essa usina que foi cogitada lá ela faz fabrica esses dois materiais onde tá é convertendo em renda também. Em renda também pro município e ao passo do município. O município tem obra correndo o ano inteiro. Então o município já ia deixar de adquirir esse tipo de material. O município mesmo ia passar a ser produtor desse material.

00:36:01 Kawindayvide reis silva

É, então, quando eu conversei com o Ricardo e contigo agora eu vejo que essa gestão em si ela. Até você pontuando no seu na sua fala a gente vê que a administração atual tá preocupando com os mínimos detalhes mesmo. Por exemplo, nessa questão mais voltado pro pros resíduos sólidos, a gente tá vendo que ele está preocupando com todos os resíduos. Então assim, é uma um ponto inclusive quando eu iniciei o meu estudo eu fui no é um programa do Governo Federal que tem todos os municípios que propôs alguma solução um ou não a respeito dessa matéria. E eu vi que no mapa estava em amarelo porque tinham proposto alguma solução e realmente foi o consórcio ruim isso lá naquela época, em dois mil e dez, né? Dois mil e onze. E o resto do estado todo em vermelho, não propôs nenhum tipo de solução que ainda era aquele procedimento que a gente se se em cada município faz uma gestão, né? A gente sabe que mais ou menos os meios são os mesmos, né? A gente sabe que é céu aberto, que é que é irregular assim desde quando eu comecei o meu o meu estudo eu já tenho orgulho da cidade, pelo menos pro eu sou muito suspeito a falar porque eu sou daqui, né?. Todo morador gosta dessa cidade, mas Por si só eu já fiquei contente de ter proposto uma solução e até hoje vendo esses trâmites que ocorrem a gente sabe que tem algumas coisas por trás que até não são ditas que que até

você mesmo citou brevemente que é a questão que a justiça vai ver o que pode ser voltado ou não pros corpos, mas eu fico feliz pela gestão atual ter pensado em tudo, né? Não só no âmbito do meio ambiente o município tem pensado.

00:38:04 Tarles

É como eu disse agora a pouco, infelizmente quando se fala de coisa pública, da gestão pública, às vezes a vontade ela não pode ser materializada, porque às vezes a gente tem vários impedimentos. É a exemplo disso, embora não seja objeto do seu trabalho, mas você tá como exemplo, o município tá em processo de aquisição de uma usina fotovoltaica e essa usina seria pra manutenção é pra gerar eletricidade pra todos os prédios públicos do município e ainda iluminação pública. Então, é uma usina que de início, antes dessa alteração da legislação em relação a energia solar, que foi do ano passado, ela tava com um custo médio, ele ia custar pro município quatro milhões e meio Posteriormente ao ano ela teve um acréscimo, ela quase dobrou o valor, ela foi pra sete milhões e duzentos mil reais, mas é algo que a longo prazo o município vai ser beneficiado. Então, hoje, por exemplo, o município paga em média, eu vou te falar valores aqui, mas assim, não são exatos, mas o município paga em média cento e oitenta mil reais por mês de consumo de energia elétrica. Desses cento e oitenta, tem a taxa de iluminação pública em torno aí de oitenta mil reais também que aí já desconta. Então pra ontem com cento e dez mil. O município ia tá pagando mensalmente cento e dez. Com essa usina fotovoltaica e o financiamento por meio do crédito especial do FINISA o município ia tá pagando uma parcela de aproximadamente noventa mil reais, ou seja, o município ia passar da condição de apenas pagador ia passar por uma fonte de arrecadação e essa fonte de arrecadação a longo prazo ao digamos aí que daqui dez anos, vinte anos já tenha quitado a dívida como FINISA, já é algo a se pensar, por exemplo, da redução da alíquota da taxa de iluminação pública ou até mesmo a isenção da taxa de iluminação pública pro contribuinte e sem contar que o município ia tá produzindo a sua própria energia. Bacana. Então, é um outro ponto. Então, assim, o que eu me recordo agora de cabeça, às vezes, pode ser até que eu esqueça de algum, mas o município, essa já tá em execução, porém tá suspensa porque houve uma denúncia de que o município não era não precisava dessa usina fotovoltaica. Fizeram essa denúncia no TCM e por enquanto o processo de licitação tá paralisado por conta disso. Já temos o ganhador da licitação, já tem crédito aprovado junto à Caixa Econômica, porém não pode fechar o contrato porque tem essa denúncia junto ao Tribunal de Contas que inviabiliza a execução do contrato. Aí onde eu disse que as vezes a vontade ela não se materializa por situações as vezes a vontade do gestor ou do da gestão em si. Então no município a gente tem essa, da usina fotovoltaica é

uma preocupação a destinação dos resíduos sólidos e é uma preocupação que ela tem que ser solucionada o mais rápido possível porque esse marco regulatório se eu não tiver muito enganado até dois mil e vinte e seis eu as vezes eu me perco com as datas mas dois mil e vinte e seis é o prazo final pra entrega dos projetos já em execução não significa que tem que tá entregue, mas já em execução, que eu acho que o prazo final é até dois mil e trinta e três, pra noventa e nove, pelo menos noventa e nove por cento dos municípios do Brasil estarem atendidos com o saneamento e ter uma destinação correta. Então, assim, é um prazo que vai passar né? Então se não preocupar ou tem essa dos resíduos sólidos, tem adentro dos resíduos sólidos essas ramificações que vão ali do material reciclável, o material não uso reciclável, material orgânico, material, cada tipo de material específico uma matéria de poda de árvore que dá pra ser feito com ela, então tudo isso tem que fazer uma seletividade. Então o município ainda não conseguiu, mas acredito que tá caminhando no sentido de conseguir tá num prazo aí, não sei se nessa gestão ainda, mas talvez na outra já consiga se manter o a mesma linha de raciocínio e acredito que até a próxima gestão é deve ter uma solução já pra essa situação.

00:42:34 Kawindayvide reis silva

É uma dúvida é minha agora as vezes de outras pessoas também sobre a questão dos prazos mencionados e a gente sabe que a política nacional é de dois mil e dez onde se deram esse correu pro Senado Federal que deram mais prazo e vinha rolando prazo. Aí você me disse que o último agora é dois mil e vinte e seis. Isso. Isso já ocorreu esses finais de prazo sem nenhuma manifestação nos municípios ocorreram ou vão ocorrer algum espécie de Sansão no caso não cumprida?

00:42:47 Tarles

Eu não sei de pontuar quais as sanções específicas pra cada caso. Mas sim, os municípios acredite se eu não tiver muito enganado uma das principais perdas que os municípios vão ter é da questão do FPM. Os repasses. Dos repasses. Porque assim a principal sanção pro município Então, assim, esses prazos, eles estipulam, bom, foi lá de dois mil e dez, mas em dois mil e vinte teve essa sanção dessa nova lei legislação, remodelando o marco nacional de saneamento básico e estipulando novos prazos. E e nela tinha a tabela informando até dois mil e vinte e três é os municípios devem adequar em relação a essa parte da estrutura até dois mil e vinte e seis essa outra e até dois mil e trinta e três a execução próxima de praticamente todos o os projetos então assim é importante é relevante tem que se preocupar também mas os municípios estão passando apertado por conta desses prazos. Sim. Acredito que vai ter muito município aí que

vai perder participação do FPM por conta da de não conseguir atender. Até mesmo por falta de recurso. Inclusive na no meu trabalho como dificuldade de se mencionar por você e pelo Ricardo justamente foi isso. porque já teve verbas cortadas, né? Num eu num investia em torno de dois milhões. Acho que isso é um valor muito relativo. Pra você ter uma ideia é hoje o município tem vários segmentos que tem um plano de carreira e que tem um piso salarial estipulado pela legislação federal. Eu sou professores, enfermeiros, técnicos de enfermagem, os agentes de saúde, agente comunitário de endemias. Então todos esses aí tem um tem um piso salarial estipulado pelo Governo Federal. Todo município hoje tem um déficit com relação ao à Previdência Social não saíram da previdência social é do plano do Plano Geral e criaram previdências próprias. Então todo município tem um déficit e com o passar dos anos não foram feitos concursos isso aí foi dificultando ainda mais e aumentando o encargo patronal ou seja, o município de Jussara hoje ele tem um encargo patronal de cinquenta e cinco ponto quatro por cento sobre o valor da folha. Então suponhamos que o servidor que ganha mil reais ele custa pro município mil quinhentos e quarenta reais, porque além dos mil reais, quinhentos e quarenta reais é de é da contribuição patronal. É isso o patronal do município, ou seja, mais da metade da folha de pagamento é só de encargo patronal e querendo ou não isso vai impactando em outras esferas, a folha de pagamento do município de Jussara hoje ela ultrapassa dois milhões, porque é um milhão e meio valor fixo de pagamento, se eu não tiver muito enganado, depois a gente pode até confirmar isso no portal e mais de setecentos mil reais só de encargos patronais. Então assim, isso aí vai impactando em outras áreas. Sim. Ao passo que a folha de pagamento embora não tenha extrapolado o limite de tá dentro dos limites fiscais, mas isso aí acaba que retira um pouco a autonomia do município, porque cê tira a autonomia financeira, o município também fica engessado pra outras verbas destinação de outras verbas. Aí o município fica dependendo de repasse de verbas de emendas parlamentar. É uma das dificuldades realmente na verdade todos os municípios são existe a questão do financeiro mesmo. Importante também, não sei se a título só de o Ricardo possivelmente deve ter informado pra você também, o município de Jussara ele não pontuava no ICMS, no ICMS biológico. Então hoje o município de Jussara já pontua. Então o município já recebe hoje uma participação. Um percentual de zero ponto vinte e cinco ou zero ponto trinta e três até três por cento sobre a arrecadação de ICMS do estado e o município hoje já consegue ou acho que já tá recebendo os três por cento. Por conta de medidas que foram tomadas pelo município em relação a solução do meio ambiente e o município começa a receber essa participação eu acho que gera em torno aí de uns trezentos mil eu acho, mais ou menos isso, duzentos e cinquenta, trezentos mil reais eu em termos de valores exatos eu não se te afirmar. Mas assim, é uma fonte de arrecadação hoje. Bacana. O

município começou a arrecadar essa questão e não arrecadaram. Arrecadaram nada mencionou algumas coisas feitas que veio pra melhorar. Sim, sim. Algumas coisas, algumas verbas, até mesmo no judiciárias, né? Isso e ao que iria pra outras áreas, ele conseguiu puxar Do meio ambiente eu acho isso. Bacana. É porque a partir do momento que criou o fundo o fundo municipal do meio ambiente aí ele tá apto a receber verbas. Que seja de doação, que seja dede repasse, de multas. Então assim, como agora já tem, ele tá apto a receber não significa que recebe mensalmente um valor dessas desses repasses, recebe só o ICMS, o ICMS é todo mês. Mas tá melhorando, são medidas assim, a gente perde de um lado, mas tem que tentar ganhar de outro né? Isso foi feito nessa gestão. Na gestão atual também. Não tinha. Não tinha. Bacana. Em verdade quando iniciou a gestão no ano de dois mil e vinte e um o município não estava apto a receber emendas parlamentares. Porque quando você a pesquisa do que são as certidões de irregularidade fiscal, os débitos que o município tem com previdência, com é trabalhista, tudo aquilo que envolve o município é o município tinha seis, seis pendências, seis certidões positivas e isso aí inviabiliza o recebimento de verbas. Então, somente no mês de verbas federais. Verbas federais, estaduais, somente no mês de julho que o município conseguiu regularizar todas. Que eram de pendências de gestões passadas ficou pro pra essa gestão. Então, foi conseguir receber verba somente a partir do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um. Pelo contrário, trabalham só com o repasse da FGM, arrecadação normal, se for na hora da sorte. Doutor, eu acho que a título da pesquisa, que só isso mesmo, acho que deu pra esclarecer várias. Talvez eu não tenha, assim, propriedade pra falar, principalmente, de vários e do meio ambiente por não ser assim um tema que a gente tá lidando diariamente com ele, mas sim, o que o que eu tinha conhecimento eu tentei passar, pode ser que tenha esquecido de alguma coisa, mas permaneça a disposição, se precisar. É sim.

00:49:48 Kawindayvide reis

Agradeço e acredito que o meio ambiente ele tá como todos os ramos, né? Ele tá entrelaçado aí, não tem como a gente falar do meio ambiente sem ter a o reflexo da administração pública hoje. Sim. Cinema da totalmente entrelaçado. Então acho que nessa parte jurídica sobre eu esclarecer todas as dúvidas. Que bom. Que eu tinha e vai enriquecer muito meu Muito bom. Agradeço o senhor pela recepção. A argumentação pela oratória excelente do senhor. Obrigado.

00:50:33 Tarles

Tá a disposição. O que precisar. Certo.

APÊNDICE B

Entrevista com Ricardo dos Santos Nascimento, Secretário do Meio Ambiente do Município de Jussara:

00:00:16 Kawindayvide Reis Silva:

E o que que foi feito, por exemplo, porque era o município aderiu ao Consórcio, foram pagos às vezes X parcelas, e o valor pago. Ficou na responsabilidade do Ministério Público resolver?

00:00:33 Ricardo dos santos Nascimento

Aí o que que o que que acontece? Esse sistema de consórcio foi implantado no passado em gestões passadas. Eh se não me engano eu acho que ele foi implantado lá na época do Paulo Carvalhaes, da Tatiana. Só que daquela época pra cá ele vem se arrastando e o município pagando. Aí Jussara pagava, o Santa Fé pagava, eh fazenda nova pagava, mas o novo Brasil pagava. Eh Matrinchã pagava, nesse decorrer de espaço de tempo a gente não viu nenhuma evolução ambiental no quesito principal que é a gestão de resíduos sólidos. Isso a gente está tendo aí em torno de uns quinze anos né? Isso vamos colocar aí de de dois mil e e dez pra cá

00:01:35 Kawindayvide reis silva

Mais de dez anos, uma década. E não houve nenhuma evolução no quesito consórcio. Por quê? Porque o consórcio na verdade no meu ponto de vista deve ser uma empresa séria, conceituada, uma empresa que tenha idoneidade no mercado, o quê? Uma empresa que todo mundo conhece. Mais não Vamos falar o nome da empresa.

00:02:03 Ricardo dos santos Nascimento

criaram, estabeleceram uma empresa, criaram aqui entre eles Mesmo, mas essa empresa nunca trouxe resultados positivos nem a cidade de Jussara, nem as demais cidades. Compraram uma área, adquiriram a área, essa área foi ela foi bloqueada judicialmente devido a existência de nascentes pela essas áreas. Agora qual a finalidade que Jussara tem de ficar mantendo um consórcio aplicando dinheiro todo mês e não vemos resultado e uma empresa que não se traz nenhum resultado positivo pra recuperação e conservação do meio ambiente. Não tem como. Então a nossa orientação, do conselho foi que o município não aderisse ao consórcio. Por quê? Porque o consórcio estava servindo de gasto, despesa e resultado mesmo. Zero. Zero. Então foi esse um dos motivos pelos quais Jussara não aderiu ao sistema de consórcio. Na época nós tivemos uma reunião com a Secretaria do Estado e a Secretaria do Estado nós ficamos eh nós

fomos informados que a Secretaria do Estado eh através da secretaria nós fomos informados que só existia um consórcio no estado apto judicialmente juridicamente legal com todas as bases legais pra funcionamento no estado e que os demais consórcios do estado estavam fora de forma irregular atuando no mercado. Então se a gente tem a consciência que a coisa não funciona, não existe motivo pra que a gente gaste o pecúlio e o dinheiro público eh eh de forma irregular, uma vez que isso pode caracterizar uma malversação do dinheiro público entendeu? Então esse foi o motivo de Jussara não aderir. Qual é a ideia de Jussara daqui pra frente? Certo. Agora nós vamos partir pra outra vertente, uma não deu certo, né? Vamos pra o plano B do consórcio não deu certo. Então qual foi a ideia? O nosso lixão era totalmente desorganizado. Depois que você quiser as fotos eu posso conseguir as fotos pra mostrar pra você a forma que era o lixão da cidade. Hoje nós temos um lixão totalmente diferente do passado que onde era eh descartado os resíduos de forma irregular era jogado de qualquer forma, hoje não, hoje nós temos um lixão, ele é totalmente cercado, ele tem vias públicas dentro dele, nós estabelecemos separação de resíduos, nós temos local pra galhada, nós temos local pra da o doméstico, nós temos local pra outros descartes pra de forma os catadores que sobrevivem na região possam ter facilidade de fazer a separação do resíduo, porque na realidade o catador ele é uma profissão e ele é benéfico pra o meio ambiente, por quê? Porque ele retira o resíduo da natureza e devolve pras empresas pra que as empresas possa trabalhar o reciclável. Então a gente vê a utilidade dos catadores em cima disso aí. Então o que que nós fizemos? Nós organizamos, nós tentamos a gestão atual tentou humanizar o tratamento das pessoas que ali sobrevive. Qualquer forma se se você uma hora e quiser fazer a visita lá você vai ver. Está tudo cercado. Tem tenda. Hoje nós temos o organizador, o apontador que organiza aquela área que é o seu que organiza a ponta, os caminhão chega, que que cê tá trazendo? Na galhada, é ali. Que que cê tá trazendo? Lixo ou médico? É lá. Não, que que cê tá trazendo? Pneu, não, pneu não é aqui, nós temos lugar pra pneu , demora seiscentos anos pra se decompor na natureza, então agente tem um lugar pro pneu porque uma empresa de Anápolis se dispôs a pegar o o pneu aqui na secretaria e reutilizar para fins industriais como a confecção e a fabricação de asfalto, tendeu? Então quer dizer, pneu já não vai mais. Pneu tem um lugar certo, colocar daqui uns dias nós já temos o local pra o eletroeletrônico, bateria, celular então nós vamos fazer uma parceria com a empresa de eletroeletrônico que vai se dispor a vim aqui buscar também o eletroeletrônico que já não vai pra natureza também Nós tamos procurando formas pra que a gente possa amenizar o impacto ambiental que um lixão, um lixão promove. Então, tamo fazendo a separação dos catadores trabalham lá, hoje tem caixa água lá pra eles lavarem as mãos, cê entendeu? Apesar de que a caixa lá deu um problema na mas não vamos trocar pra eles continuar com o tratamento

humanizado, tem horário de chão, os caminhões, a ossada era jogada aleatoriamente no meio do solo, hoje não é mais, tem um local lá ossada, tem um local que o caminhão pega, ossada todo dia, não tem eh eh aquela carniça, não tem aquela, cê entendeu? Então nós tamo tentando chegar a um conceito de separação desse resíduo para que nós possamos num futuro mais breve até o ano que vem pra gente fazer a implantação usina de tratamento resíduo. Seria o caminho. Já não é a vertente do consórcio. É uma usina de tratamento do resíduo. Que que é essa usina? A usina vai ser montada ser benéfica para os catadores que sobrevive, por quê? Porque eles já vão ter esteira, eles já vão ter prensa, eles já vão ter todo o material que a gente vai conseguir através de parcerias pra que eles implantem a usina implantando a usina evidentemente que noventa por cento do lixo vai ser convertido em renda, um dinheiro um dinheiro pra quem? Pras famílias que sobrevivem daquilo ali. Então Quer dizer, é o caminho que Jussara está tentando acertar, tentando acertar. Por que hoje? Um aterro sanitário seria o o a solução? Seria, mas hoje o Governo Federal ele cortou a maior parte das verbas da da Prefeitura principalmente no ICMS ecológico do não é do ICMS ecológico do ICMS e também do do EPM Jussara teve uma queda de FPM de ICMS de quase dois milhões. Isso é um desfalque muito grande na Prefeitura isso gera transtorno, gera dificuldade um dinheiro que poderia ser aplicado, hoje não pode mais, por quê? Simplesmente por um ato de Governo Federal as prefeituras estão em dificuldade, não é só Jussara não, é toda assim, se você olhar aí eh na rede social, você vai ver que as prefeituras do Nordeste estão sofrendo por falta de apoio, por falta de recurso do Governo Federal deixou de mandar. Então quer dizer, um aterro sanitário seria? E era o que seria o alto custo dele impossibilita a implantação. Nós não temos a prefeitura não tem, o município não tem condições de arcar com o aterro sanitário. Se tivesse, ótimo, seria ótimo solução para os nossos problemas. Então nós estamos procurando soluções paliativas e que a gente dê conta de diminuir o máximo possível o impacto que o lixo causa na natureza, entendeu? E eu creio que agora em dois mil e vinte e quatro nós vamos eh melhorar bastante no quesito de usina de tratamento do resíduo sólido. E não a questão do consórcio Se nós acharmos encontrarmos uma empresa idônea, uma empresa que realmente ela ela cumpre com o seu dever e com o compromisso de conservação e e também de proteção da natureza eh com certeza Jussara tá de braços abertos.

00:12:18 Kawindayvide reis silva

Verdade eh pelo ponto que você me falou sobre Jussara a solução que vocês propõem pra Jussara, eu achei muito interessante, tá? Inclusive eu fiz uma visita em município de Águas Lindas de Goiás, quando eu era bem mais novo e lá ele já tinha implementado isso que vocês

tão fazendo hoje aqui, que era uma cobertura de galpão. É isso que nós queremos. Isso. Eles fizeram uma espécie de cooperativa com os com os catadores que já estavam no local. É, são e dentro do conceito de cooperativismo. É o que eu vejo também que seja uma saída Entendeu? Aí eles tinha todo essas esses equipamentos, prensas e esteiras no final daquela coleta do do mês. É o mesmo sistema de cooperativa, né? Eles vendiam aquele do material e eram divididos. E aquilo é feito um rateio entre os próprios cooperados, entendeu?

00:13:04 Ricardo dos santos Nascimento

É isso. Nós tamo tentando caminhar pra isso aí,entendeu? Mas como nós pegamos uma coisa do zero, que num existia menos Aqui, aqui existia uma cadeira de secretário de meio ambiente, mas num tinha quem executava realmente a o que era necessário. Hoje não, hoje nós pegamos o meio ambiente que tava caindo o teto em cima da isso aqui tudo a gente tem violência tudo tem hoje nós temos um meio ambiente estruturado hoje nós temos mais de um milhão só em equipamento olha pra você ver só em equipamento Hoje o pessoal está trabalhando, está trabalhando nas áreas verdes, está trabalhando nas áreas aí de APP, está fazendo revitalização da BR zero setenta, tirando aquelas árvores que está com risco de queda, uma árvore que está obstruindo a estrada, árvores que está sem vida. Então nós estamos fazendo todo o levanta da BR, por quê? Porque nós quer fazer uma jardinagem ali, a gente quer deixar tudo arrumado. Então, quer dizer, a gestão tá fazendo por onde? Tá fazendo por onde? Hoje, nós ganhamos noventa por cento dos recursos que vem pra cá Noventa por cento dos recursos é oriundos do poder judiciário. Porque o judiciário preocupa com o meio ambiente, o judiciário ele é um dos parceiros forte, número um do meio ambiente, por quê? Porque eles preocupam, o promotor de justiça preocupa, promotor civil, promotor do crime, tudo preocupa com a questão ambiental, então nós tamos aí imbuídos em resolver o problema ambiental. Agora como funcionava no passado? Eu não sei. Eu não sei. Mas hoje você vê resultado. Hoje você vê resultado. Ontem mesmo o caminhão dos pneus coletou todos os pneus. Tinha mais de oitocentos pneu guardado com retorno não tem mais nenhum. Já foi pra onde? Foi para um local destinado onde esse material será reutilizado pra fabricação de asfalto e o material que ia ser lançado no meio ambiente não está. Sendo utilizado Está vendo a importância? Da secretaria do meio ambiente?

00:15:19 Kawindayvide Reis silva

A secretaria está fazendo um trabalho muito interessante Ricardo na questão você falou da da humanização mesmo das pessoas que realmente eu já eu já fui lá algumas vezes fora gestão atual e realmente não tinha água potável lá.

00:15:34 Ricardo dos Santos Nascimento

Hoje a gente abastece. Isso, pra higiene pessoalmente. Hoje cê entra em cima hoje cê anda lá dentro, hoje não tem aquela fudriqueira, hoje tá tudo local separado a gente dá manutenção de dois em dois meses, cê vê o trator de esteira dando manutenção, limpando, deixando a área limpinha. Quer dizer, hoje nós temos um é um lixão? É, mas é bem mais humanizado que era passado que no passado você não dava conta de entrar e quanto ao resíduo de construção, vou mostrar aqui pra você aqui, reside em construção civil, esse setor esse nós vamos começar a utilizar Pra que que nós vamos utilizar o resíduo de construção civil? Pra recuperação de áreas degradadas? Entendeu? Por exemplo, área que tem Vossoroca, aquelas erosão de grande porte, nós vamos começar a soterrar com lixo de construção civil e depois a gente vem com a camada, entendeu? Porque em si, na verdade, a própria a própria natureza se recompõe, entendeu mas nós vamos entrar com a nossa, a nossa tecnologia de forma que tem um engenheiro ambiental que acompanha, o nosso engenheiro ambiental é o Lucas, o Lucas que entrou. É, é o Lucas. E você vai ver que as coisas acontece Quando a gente quer, acontece. Nós temos várias, ah, mas o Jussara tem Mossoró? Tem. Tem. Grande foi aberto e nós vamos ter que usar. Um material de, de, de, de construção civil. Por quê? Porque é um material que você pode lançar, né? Uma que tampando ela de forma que a gente A gente resolve o problema da erosão.

00:18:19 Kawindayvide Reis Silva

Eh vocês vão trazer algum, algum equipamento por exemplo de tão utilizando muito na agricultura hoje, né? Que é as moagens de pedra afim de lançar no solo de novo, né?

00:19:47 Ricardo dos Santos Nascimento

Moço, a gente tem feito cada coisa necessária que se a pessoa acompanhar de perto. A não tem condição Nós pedimos a compreensão da sociedade, da população que não jogue lixo nas margens da rodovia. Ó lá, ó o jeito que era tudo aqui. Aqui, aqui nós já abriu. Deixa eu ver se eu vejo um aqui antes aqui pro cê ver, o início. Esses vídeos são são todos no portal da. Tá no site da da tá tudo noportal e tá no meu INSTAGRAM. Também. Quer ver? Lá no início dagestão você vê, Esse trem aqui é importante eu te mostrar.

00:25:03 Kawindayvide reis silva

Eu não sabia que cê me falou que ia ser empresa cotada pro consórcio ela é da região mesmo. Eu sempre achei que foi foi uma empresa de fora mesmo , não teve alguma licitação? Foi um mistério também. E quando eu fui no Portal Transparência eu não acho nada.

00:26:02 Ricardo dos Santos Nascimento

Aí eu entrei, eu entrei e bati o pé, reuni com o conselho, falei, não, não vou gastar dinheiro nisso aqui não. Num vou gastar. Se ocês quiser gastar, cês assinam um documento pra mim, que eu posso gastar, que aí eu tiro o meu da regra não sou trouxa, já viu lá o que a gente aprende no direito, quem pagamal paga duas vezes. Então, e aí? Né? Então a gente que tá fazendo direito, cê tem que entender que o que o que vale pra justiça é prova, é documento de boca e não vai resolver nada não. Então eu fiz questão de fez o correto, deixou como se diz a carne do Ministério Público. primeiro eu trabalho eu trabalho junto com o Ministério Público. Se o Ministério Público falar assim, vai, eu vou, cê fala, num vai. Eu já sei que eu vou comer até a cara eu já sei que eu vou entrar errado. E aí?

00:28:34 Kawindayvide reis silva

Assim ó, vamos explicar um pouco do meu trabalho também quando fui pra aprovação da banca, eu foquei muito na parte mais teórica mesmo, da política nacional, enfim. Mais genérico, nos municípios de um modo geral passando, com a dificuldade regularizar mesmo, né? Os apesos, a da destinação final. E já no artigo agora no final eu queria com uma parte mais pratica abraçar o nível mais alto da pesquisa e de tá conversando realmente com quem tá envolvido, na sociedade de um modo geral.

00:29:31 Ricardo dos Santos Nascimento

deu para você ter uma ideia é que qual motivo municípios não se deslançaram e que eu acho que não vai prosperar no progresso ambiental, por quê? Porque o Governo Federal retirou recurso das prefeituras e isso de isso dificulta e dificulta muito. Então, o que eu tô fazendo aqui, eu tô fazendo através de parcerias, por quê? Porque se eu fizer com recurso próprio da prefeitura, eu não vou conta , um morador da Vila Nova que falou que vinte e sete anos é a primeira vez que cê tá vendo sem chão sem cuidar, é nessa administração. O foco mundial é meio ambiente, internacional e nacional. Os Tratados Internacionais, tudo. Você que desde que você pega o porte florestal, lei de crimes ambientais, nove mil seiscentos e cinco a seis mil quinhentos e quatorze. Tudo tudo é meio ambiente, os tratados internacionais tudo meio, todo mundo preocupado com a Amazônia. Entendeu? Então, eu tô na área que eu gosto, eu amo. Eu

tô fazendo a unidade de conservação em cima do sistema de abastecimento de água da cidade. Por quê? Pra quê? Qual o motivo? Garantir a água, vai faltar água. Água tá faltando água viu? De de eu sou cúmplice de falar de direito ambiental, por quê? Porque eu amo direito ambiental, eu gosto, eu gosto, eu tô na área que eu sou apaixonado, defender a natureza, os animais, a fauna, a flor, é isso. Entendeu

00:36:01 Kawindayvide reis silva

A percepção é uma pessoa muito atuante, não só na parte teórica, mas na prática. não fica aqui só na cadeira de secretário não, né? Já vi. Várias vezes na verdade. Catando lixo, pegando junto.

00:38:34 Ricardo dos Santos Nascimento

Pra você trabalhar isso em sala e outra coisa, debater com os acadêmicos, né? Porque eu acho o seguinte, num teria sentido nenhum você fazer uma faculdade e não aplicar eh eh aquilo de conhecimento que você ganhou entendeu? A ideia na verdade é essa, né? Procurar propagar a conscientização e conhecimento. Eu plantei até agora, nós já temos mais de duas mil árvores plantadas. Olha pro você ver que beleza, que maravilha se você vai ali na praça ali do do do campinho de futebol você vê a árvore plantada. Foi nós. Se você vai na beira da Marechal Rondon tem Árvore plantada. Se você atravessa pro outro lado lá Jardim Petrópolis nós plantamos mais de duzentas árvores naquela área, vamos começar a cantar de novo tem umas que morrem a gente faz a recuperação delas entendeu? Já a Secretaria Municipal do Meio Ambiente está promovendo ações importantes com as escolas, com o pessoal representante da educação do Estado está aqui nesse trabalho a educação também. A hora que você precisar da da palestra lá na faculdade pode falar com a Leila lá, Leila é parceira nossa ali. Só treinamos aí pra falar sobre o meio ambiente, nós leva nós leva foto, nós mostra como que era o antes, o depois, as pessoas As pessoas tem que conscientizar, a natureza pede socorro, não adianta. Esse negócio, a minha menininha pequena, tá estudando a escola, nós tamo fazendo palestra com os meninos das escolas estão tão eh interessado que as próprias crianças tá ensinando os pais, não pai, aqui não é lugar do senhor, natureza, tem os peixe, tem os bichinho no mato vai matar os bichinhos. É. Então é isso aí. É mudando, trabalhando na raiz do problema. Na raiz educacional. Entendeu? E nós precisa viver isso. Precisa. Se a gente quiser deixar alguma coisa pras futuras gerações conforme o artigo cento e vinte e cinco da Constituição Federal. E uma das questões que eu parablenizo a prefeita que ela colocou gente competente na área certa. Isso conta muito sim. Porque tem gente que escolhe Político pra preencher carga. Ela não, ela escolheu quem tem competência no caso. Entendeu? Isso eh eh ela escolheu o profissional capacitado pra

assumir cada aquele que precisa Esse tamanho é um reflexo muito grande no resultado final. É, com certeza. É. Gente preparada. Ah, que eu fui candidato. Não, não é só ser candidato não, não é só. Tá certo que cê tem o seu valor político, mas você tem que ter o seu valor técnico tem que ter o seu valor profissional. Pois é. Na área que você vai atuar, né? Então isso aí é importante. Se colocar um leigo aqui que não entendem a gente acha que meio ambiente é só a não, nós vai defender a natureza ó, a fauna, a flora, mas existe técnica existe o devido processo legal pra manutenção e conservação e proteção do meio ambiente e reparação também. Entendeu? Quando você estuda lá no direito lá os princípios o princípio provedor pagado das sustentabilidade, devido processo de sustentabilidade, entendeu? eu faço parte do Conselho das Bacias Hidrográficas do Estado, tendeu? Então assim, eu tô dentro. Eh vamos aprender, tá dentro, pegar, debate com os cara lá.

00:51:48 Kawindayvide reis silva

Eu sinto de certa forma até beneficiado sendo agraciado, Com a sua experiência. Isso é bom para meu projeto, vai enriquecer ainda mais.

00:52:15 Ricardo dos Santos Nascimento

Tamo aí de braços abertos excelente aberto. Fazer comissão lá da faculdade, quiser que a gente vai lá, quer fazer uma palestra lá pra entender mais o que que é o meio ambiente, o que que é a importância, né? Da do meio ambiente pra com a sociedade, isso aí é fundamental. Muito bom a gente tá perto de pessoas com eh já tá. Certinho? Falamos naquilo que tá acontecendo. Oque eu explanei pra você possa servir de alguma coisa aí pra você absorver no seu trabalho obrigado

.

Apêndice C

Revista públicada , sobre o consórcio intermunicipal .



terça-feira, 25 de agosto de 2015

FIM DO LIXÃO - 13 MILHÕES DE DÓLARES PARA USINA DE JUSSARA



Prefeita de Jussara Tatiana Ranna (ao centro) em reunião no Palácio Pedro Ludovico Teixeira.

A Tatiana Ranna dos Santos, prefeita de Jussara e presidente do Consórcio Intermunicipal de Meio Ambiente juntamente com os 8 prefeitos da região que compõe o CIMA participaram de uma reunião, dia 24 de agosto com autoridades governamentais no Palácio Pedro Ludovico

Teixeira em Goiânia, com a presença também de secretários de Estado, vice-governador de Goiás José Eliton de Figuerêdo Júnior, representantes da empresa REUSI TECNOLOGIA RENOVÁVEL LTDA e os representantes dos Bancos financiadores internacionais.

Jussara é a menor cidade das que serão contempladas, e por consequência a menor produção de resíduos sólidos (lixo), mas vai funcionar em sistema de Consórcio público, agregando outros municípios da região.



Prefeita Tatiana e os prefeitos das cidades consorciadas junto à comitiva Americana da Reusi

Todos os 8 prefeitos que compõe o Consórcio CIMA estavam presentes na reunião com o Vice-Governador e a empresa REUSI, ou seja, os prefeitos dos Municípios de Santa Fé de Goiás, Novo Brasil, Itapirapuã, Fazenda Nova, Matrinchã, Montes Claros de Goiás, Britânia e Jussara.

A Usina de resíduos Sólidos- REUSI de Jussara, terá o investimento de 13 milhões de dólares, objetivando o processamento de pirólise e produção de madeira Biosintética utilizando tecnologia de desidratação e fusão molecular do lixo urbano e afins, transformando-os em Composto Biosintético para a produção de Óleo Diesel Sintético para uso em motores de veículos e motores estacionários, Negro de Fumo para a produção de energia elétrica ou ainda para produção da Madeira Biosintética que servirá para uso em larga escala na construção civil (revestimentos e casas), móveis e etc.



Lixão de Jussara está saturado

Esta tecnologia de desidratação e fusão molecular

do lixo urbano (RSU) transforma-o em massa inerte. O assessor Jurídico e coordenador do Consórcio Público Intermunicipal de Meio Ambiente da região de

Intermunicipal de Meio Ambiente da região de Jussara, Wolmer Arraes, afirmou que “esta Usina da REUSI é a única solução definitiva e economicamente viável e que apresenta tecnologia de desidratação e fusão molecular do lixo urbano (RSU) dando origem ao composto para a produção de energia e madeira Biosintética, com baixíssima emissão e resíduo zero, além de gerar empregos e divisas para a região.”

A empresa REUSI será a responsável financeira e técnica pela instalação, operação, manutenção e execução dos serviços a serem prestados na Unidade de Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos depositados no “lixão de Jussara” (e nas demais cidades consorciadas), até a completa remoção dos resíduos ali dispostos, bem como por todos os ônus e despesas incidentes sobre os serviços contratados, tanto quanto cumprir rigorosamente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas ao pessoal que empregar para a execução dos serviços, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.



O
pref
eito
de



Vice governador José Éliton conduziu reunião

O
pref
eito
de
Sant
a
Fé,
Dr.

Gilmar, destacou que “A Usina tem tecnologia própria e visa à eliminação dos resíduos sólidos ali depositados no lixão e também todo lixo produzido nos municípios consorciados.” Já o prefeito de Novo Brasil, Dr. Sebastião, lembrou que “com a Usina, não haverá mais áreas poluídas de Lixões ou Aterros Sanitários.” A prefeita de Itapirapuã, Zélia Camelo, ressaltou que “esta Usina será referência para todos os Municípios do Brasil, para sanear e limpar da nossa sociedade essa contaminação diária gerada pelo lixo”.

Também o estava presente o coordenador da empresa Reusi em Goiás, Josias Gonzaga Cardoso, que já foi Secretário Estadual de Meio Ambiente e deputado federal por Goiás, e hoje é um dos maiores entusiastas desta tecnologia de poluição zero. Além do Fernando Godoy, diretores comerciais da empresa Reusi, estavam presentes vários outros diretores e técnicos da empresa ou de outros parceiros

de poluição zero. Além do Fernando Gouveia, diretores comerciais da empresa Reusi, estavam presentes vários outros diretores e técnicos da empresa ou de outros parceiros comerciais.

O Município de Jussara vai efetuar a concessão de utilização da área do “lixão de Jussara” para a REUSI, comodato já autorizado pela Câmara Municipal de Jussara, onde vai instalar unidades industriais da Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos, referente aos serviços a serem executados, tanto quanto da área onde se encontram depositados os resíduos.

O consórcio CIMA de Jussara foi indicado à parceria com a empresa Reusi, pois é referência em Goiás, tendo CNPJ próprio, Diretoria registrada, Conta Bancária, registrado no SINCONV, Estatuto Registrado, Contrato de Rateio com cada Município, imóvel escriturado em nome do Consórcio CIMA com área de 3,53 Alqueires, diversos projetos e planos aprovados.

Texto: Wolmer Arraes

Notícias de Jussara às 25.8.15

Compartilhar

Apêndice D

Percentual de municípios por estado com disposição final adequada de resíduos sólidos urbanos. <https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>

